

Ao Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional

PARECER

Processo nº 1.563-T-08

Jardins de Burle Marx no Recife

Trata este Parecer da indicação para registro nos Livros Histórico, de Belas Artes, e Arquelógico Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dos jardins das praças de Casa Forte (1934-1935), Euclides da Cunha (1935), Derby (1936), República e Jardim das Princesas (1937), Salgado Filho (1957), e Dois Irmãos (1958), idealizados e reformados pelo arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx na cidade do Recife, estado de Pernambuco, Brasil.

Nesse sentido, brevíssima notícia biográfica e alguns dos principais fatos de sua trajetória socioprofissional antecedem a explanação sobre os valores de cultura que fundamentam a solicitação de Tombamento desses lugares considerados Jardins Históricos.

Observo, inicialmente, que Roberto Burle Marx, além de ter sido um arquiteto ambientalista e autêntico preservacionista da paisagem natural brasileira no significado mais puro da palavra, foi paisagista, desenhista, pintor, gravador, litógrafo, escultor, tapeceiro, ceramista, designer de jóias e decorador.

Filho de pai alemão da cidade de Stuttgart e mãe pernambucana do Recife, nasceu em São Paulo no dia 4 de agosto de 1909 e faleceu no Rio de Janeiro em 4 de junho de 1994. Aluno de Leo Putz, Celso Antônio e Cândido Portinari, realizou estudos superiores entre 1928 e 1934 na Escola Nacional de Belas Artes e no Instituto de Arte da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro.

Viveu no Rio de Janeiro a partir de 1913, mas foi nos jardins e museus de Berlim, Alemanha, que reconheceu a importância da flora nativa brasileira e aprendeu, conforme suas palavras, “vivas lições de ecologia e botânica”.

Embora, à época, demonstrar o exotismo das plantas fosse a intenção predominante dos botânicos alemães, acerca da influência da sua curta estadia na Europa, Burle Marx afirmou: “vi pela primeira vez, uma grande quantidade de plantas brasileiras, usadas pela primeira vez com objetivos paisagísticos. Nós, brasileiros, não as usávamos, por considerá-las vulgares. Compreendi então que, em meu país, a inspiração deveria se basear, sobretudo, nas espécies autóctones.”

Ao criar espaços livres, abertos e fechados de caráter público e privado, integrou no seu paisagismo a arquitetura de construções e o urbanismo das



2
1

idades, ressaltando o sentido da identidade brasileira em nível nacional e internacional.

Considerado o primeiro paisagista que estudou de modo empírico e científico os espécimens da flora brasileira para utilizá-las em projetos de praças e jardins públicos, a sua obra marcou a paisagem urbana histórica do século XX por seis décadas.

Lucio Costa teve um papel importante na formação de Roberto Burle Marx, na medida em que foram vizinhos na infância. Com Lucio, Burle Marx aprendeu os princípios culturais que constituíram a modernidade brasileira fundada em tradições.

Destaca-se, nesse sentido, o convívio na juventude que motivou o convite para a criação do jardim da casa de Alfredo Schwartz, projetada por Lucio Costa com Gregori Warchavchik em 1932, ocasião em que Burle Marx realizou o primeiro dos seus mais de dois mil projetos.

Lucio Costa disse que “O trabalho de Burle Marx está inscrito na linguagem visual de seu tempo, do espírito modernista em pintura e arquitetura. Porém, na arquitetura moderna, em termos de composição plástica, havia principalmente uma preocupação projetual com questões relacionadas apenas aos edifícios, e não com o espaço envolvente. Não havia uma resposta equivalente em termos plásticos e estéticos para o tratamento do espaço livre, que é parte e não complemento do conjunto arquitetônico”.

A cultura paisagística e o interesse de Roberto Burle Marx pelo passado, então, traduziram as referências dos jardins históricos de Glaziou, e as formas barrocas de Le Nôtre; e, no uso de fontes e cascatas ele reproduziu composições renascentistas de Pirro Ligorio, conforme pode ser verificado em parques públicos que projetou para a cidade de Caracas, Venezuela, em 1956.

Em 1934 saiu do contexto carioca e paulista e chegou ao Recife, onde trabalhou até 1937, assumindo a chefia do Setor de Parques e Jardins do Departamento de Arquitetura e Construção do estado de Pernambuco.

O momento era de transição política, mas também de afirmação da identidade nacional, quando se articulavam as primeiras tentativas de formação do ideário da arquitetura modernista no Brasil.

No Recife iniciou experimentações, rompeu paradigmas, instituiu e desenvolveu, em nova linguagem, os padrões que criaram a paisagem urbana do Movimento Moderno. Nesse momento, “começou a formular os princípios do jardim moderno como um espaço de recreação, educação, higiene e arte, segundo um pensamento de utilidade pública”.

Ao imprimir ênfase à função social dos jardins públicos, anunciou, até mesmo, a própria contemporaneidade.

Destaco, portanto, que as raízes mais autênticas da gênese de sua obra se configuraram em espaços públicos livres e abertos realizados nos primeiros jardins realizados no Recife, para os quais se solicita a proteção por meio da aplicação da normativa de âmbito federal.

Os novos jardins e as reformas de algumas praças recifenses e de outras capitais do Nordeste, as quais possuíam fortes significados históricos e memorialistas, foram idealizados por Burle Marx com rigor artístico e científico. Porém, o seu objetivo de modernizar as cidades foi aliado ao desejo de possibilitar o conhecimento e o usufruto da beleza e da arte, considerados direitos do cotidiano cidadão.

Dessa maneira, foi na região Nordeste do Brasil onde Roberto Burle Marx começou, de fato, a carreira de arquiteto-paisagista.

Dizia Burle Marx que “Fazer jardins não é imitar servilmente a natureza”, mas, sim, “(fazer) o jardim é um artifício que deve reintegrar o homem à sua paisagem natural”.

Nesse sentido, a intenção de conhecer e difundir o uso das espécies vegetais das diferentes regiões do Brasil o levou a realizar inúmeras viagens, sempre acompanhado por botânicos. Essas incursões, voltadas para observação, estudo e coleta, contribuíram para a proteção da matéria constituinte das paisagens mais características da natureza brasileira.

Ambientalista apaixonado, ele defendeu florestas e ecossistemas, tendo descoberto mais de cinco dezenas de novas espécies que hoje levam o seu nome, destacando a *Begônia burle.marxii* Brade, e a *Heliconia burle-marxii*.

Dessa perspectiva, um dos seus mais importantes colaboradores, José Tabacow, afirmou: “Roberto Burle Marx foi o último naturalista do século XIX, pois, pelas suas atividades de viajante coletor, ele pode ser irmanado a Saint-Hilaire, Von Martius ou Gardner, entre tantos outros.”

A década de 1940 marcou a vida de Burle Marx, artista plástico e renomado paisagista. Arquiteto dos mais característicos espaços livres públicos do Movimento Moderno, a polissemia caracterizava a obra pictórica, a qual se destacava no campo das vanguardas.

No Sítio Santo Antônio da Bica, hoje Sítio Burle Marx, doado à Fundação Nacional pró-Memória em 1985, morou e trabalhou a partir de 1973 até a morte. O conhecimento de novas paisagens naturais e as experimentações levadas a efeito nesse trecho de antiga fazenda possibilitaram aplicar em seus projetos a transposição de informações científicas resultantes de suas viagens.

A partir de 1949, nesse extenso território que atualmente abrange mais de quatrocentos mil metros quadrados criou a sua coleção de plantas, buscando conhecer e proteger a diversidade fitogeográfica brasileira. O Sítio foi, portanto, o lugar onde praticou a aclimação, manutenção e multiplicação do maior conjunto de espécies tropicais trazidas de diferentes regiões do Brasil e do mundo.

Com tenacidade determinada e com qualidade excepcional, ao lado da primeira geração de arquitetos modernistas brasileiros, Roberto Burle Marx tornou reconhecida a arquitetura da paisagem do seu tempo. Nesse sentido, observo que o conjunto de sua produção registra, entre 1938 e 1965, jardins e paisagens integradas às obras de Lucio Costa, Afonso Eduardo Reidy, Milton e Marcelo Roberto, Rino Levi e Oscar Niemeyer.

A respeito de Roberto Burle Marx, Mário Pedrosa disse que “A solução colonialista que condenara a grande palmeira imperial não fizera mais do que copiar os jardins românticos, *avant la lettre*, do fim do século XVIII. Burle Marx mostrou o caráter falso dessa pretensa solução ao ir buscar o material de que carecia nas fontes verdadeiras, isto é, na vegetação brasileira de recursos inesgotáveis, desde a floresta amazônica, de onde nos trouxe espécimes em todo o esplêndido vigor de sua selvajaria, aos fundos das casinhas de caboclo ou à beira dos caminhos, onde foi apanhar plantas e flores abandonadas, desprezadas, mas familiares à ambiência como os cães vagabundos, sem donos, dos fundos de quintal”.

Burle Marx produziu, com forte conteúdo social, em suas obras públicas, uma ecologia artificial para explicar a natureza dos trópicos e dar a conhecer as plantas aos habitantes das cidades. Isso pode ser observado no parque do Flamengo onde estabeleceu um *continuum* de massas vegetais. Articulados em sequência, o parque, os jardins do aeroporto Santos Dumont, de 1944, e do Museu de Arte Moderna e Monumento aos mortos da Segunda Guerra Mundial, ambos de 1956, constituem elos na paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Esses jardins, vistos em *promenade*, são indiscutíveis marcos na sua extensa obra, pois neles utilizou novas espécies nativas e exóticas e ampliou, mais uma vez, as possibilidades das formas de arborização da paisagem urbana.

No que diz respeito às obras de Robert Burle Marx que foram tombadas individualmente pelo Iphan, encontram-se o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha em Belo Horizonte, Minas Gerais; os Jardins do Aterro do Flamengo e o Sítio Roberto Burle-Marx no Rio de Janeiro.

Outros jardins de Burle Marx inscritos nos Livros do Tombo do Iphan são tipos singulares de bens integrados que agregam valor cultural a arquiteturas e ambiências excepcionalmente configuradas. Assim, na condição de bens integrados, ou seja, de elementos constitutivos de bens protegidos, encontram-

se os jardins do Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro; e os espaços livres e abertos do Conjunto Arquitetônico de Brasília no Distrito Federal.

Tamanha atividade produtiva e empreendedora com que conduziu o próprio criadouro e a formação de sua coleção de plantas, o levou também a estabelecer, em 1955, o escritório *Roberto Burle Marx e Arquitetos Associados*, quando teve, entre seus colaboradores, os arquitetos Maurício Monte, Júlio Cesar Pessolani Zabala, John Godfrey Stoddart e Fernando Tábor, equipe com a qual projetou o Parque do Flamengo em 1955 e o Eixo Monumental de Brasília em 1961.

Em meados da década de 1960, a empresa assumiu o nome *Burle Marx e Companhia Ltda*, na qual os arquitetos José Tabacow e Haruyoshi Ono se tornaram os principais colaboradores. Na sequência, o *Escritório de Paisagismo Burle Marx* que Ono, aluno e herdeiro de seus ensinamentos dirige até hoje, mantém a obra paisagística e o legado artístico de Burle Marx.

Importa aqui registrar que a participação do Escritório em obras de conservação e restauro dos jardins no Recife, da mesma forma que em outras cidades brasileiras, confere legitimidade às ações de proteção.

Tendo em vista ser Roberto Burle Marx o mais reconhecido paisagista da contemporaneidade e o fato do Paisagismo ser um campo em processo de consolidação na escala mundial, as referências aos projetos e obras dele são incontáveis e de tipo variado.

Além das pesquisas realizadas de forma sistemática pelo Laboratório da Paisagem do DAU/UFPE que procuram enquadrar trabalhos realizados no Nordeste do Brasil, estudo recente de pesquisadores do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, os quais inventariam a produção do paisagista no Rio de Janeiro, registra que o espaço zoobotânico do Jardim Zoológico dessa cidade é de 1946, e que o canteiro central da rua General Glicério, no bairro de Laranjeiras, foi realizado no ano anterior à morte do paisagista.

No *site* do Escritório de Paisagismo Burle Marx, a seleção cronológica de trabalhos paisagísticos de caráter público, realizados a partir de 1942 até 1993, ano anterior à morte de Roberto Burle Marx, abrange as seguintes obras:

1942 – Conjunto da Pampulha –Jardins do Cassino, Iate Clube, Casa do Baile, Restaurante da Ilha, Roseiral e Ficetum da Igreja de São Francisco, Belo Horizonte – MG; **1943** – Grande Parque de Araxá, Araxá – MG; **1947** – Serena Beach Properties, Santa Barbara, Califórnia – EUA; **1951** – Conjunto Residencial do Pedregulho, Benfica – RJ; **1953** – Parque Ibirapuera, São Paulo – SP; **1956** – Parque del Oeste, Caracas – Venezuela; **1960** – Parque do Flamengo, Rio de Janeiro – RJ; Parque Zoobotânico, Brasília – DF; **1962** – Parque de las Américas, Santiago – Chile; **1963** – Edifício-sede da UNESCO,

Paris – França; Jardim das Nações, Viena – Áustria; **1965** – Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty, Brasília – DF; **1966** – Centro Cívico de Curitiba, Curitiba – PR; **1967** – Centro Cívico de Santo André, Santo André – SP; Tribunal Federal de Recursos – Brasília – DF; **1968** – Embaixada da República Federal da Alemanha, Brasília – DF; **1969** – Edifício Sede da Petrobrás, Rio de Janeiro – RJ; **1970** – Calçada da Avenida Atlântica, Rio de Janeiro – RJ; Parque Central, Caracas – Venezuela; Praça Triangular do Exército, Brasília – DF; Parque da Cidade, Curitiba – PR; Ministério do Exército, Brasília – DF; Ministério da Justiça, Brasília – DF; Parque da Cidade de Londrina, Curitiba – PR; **1971** – Condomínio Residencial do DNER, Brasília – DF; Parque Estadual de Torres, Rio Grande do Sul – RS; **1972** – Campus da Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE; Tribunal de Contas da União, Brasília – DF; **1973** – Parque Ibirapuera, São Paulo – SP; **1974** – Parque Recreativo Rogério Pithon Faria, Brasília – DF; **1975** – Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro – RJ; Vice-Presidência da República, Brasília – DF; **1976** – Parque Ecológico do Tietê, São Paulo – SP; **1979** – OEA. Organization of American States, Washington, DC, USA; **1980** – Parque das Mangabeiras, Belo Horizonte – MG; Praças em Tiradentes, Minas Gerais – MG; Central Bank Building, Barbados; **1981** – Jardín Botánico de Maracaibo – Venezuela; **1984** – Parque Lagoa de Maracá, Guairá – SP; **1986** – Parque Nacional de Canaima, Venezuela; Parque de São Sebastião, Ilhéus – BA; Praça INCEPA – Indústria Cerâmica Paraná S/A. São Paulo – SP; Hotel Rio Poty, Teresina – PI; Jardim Botânico Kentucky, Louisville, USA – estudo; **1987** – Parque Ecológico Monsenhor Emilio José Salim, Campinas – SP; **1988** – Biscayne Boulevard, Miami, Florida – USA; **1989** – Parque Estadual de Goiânia – GO; Parque Roberto Burle Marx, Morumbi – SP; **1990** – Parque Laguna Ponta Porã – Paraguai; **1991** – Jardim Botânico de Fortaleza – Anteprojeto, Fortaleza – CE; Parque da Praia da Chácara, Angra dos Reis – RJ; Parque da Maré – Rio de Janeiro – RJ; **1992** – Praça Teatro Rosa de Luxemburg, Berlim – Alemanha; **1993** – Parque Kuala Lumpur City Centre Park – Kuala Lumpur, Malásia.

Essa relação registra única referência a trabalho em Pernambuco, e leva a supor que a última participação de Roberto Burle Marx no escritório corresponderia ao projeto do Parque Kuala Lumpur na Malásia, de 1993.

Embora as obras realizadas na década de 1930 tenham sido omitidas da seleção, pois realizadas antes da criação da primeira empresa de Burle Marx, o pioneirismo das obras nas praças do Recife é incontestável e também reconhecido em âmbito internacional.

No entanto, destaco que, dentre os jardins que motivam o presente processo para a inscrição nos Livros do Iphan, quatro foram realizados na década de 1930. Esse fato amplia o recorte temporal das obras tombadas individualmente, na medida em que estas foram elaboradas entre 1940 e 1960.

O entendimento das características de exceção das obras de Roberto Burle Marx realizadas na década de 1930 se baseia no reconhecimento do uso de plantas autóctones, transpostas das paisagens naturais.

A busca da originalidade e da brasilidade também marcam as atitudes do paisagista que podem ser também consideradas ações voltadas para a preservação das espécies e das paisagens naturais.

A par as referências às formas pictóricas na obra de Burle Marx, e a nítida influência dos diferentes estilos de jardins japoneses no que diz respeito ao minimalismo dos jardins modernistas, registra-se ainda que, na escrita crítica da história da arquitetura, o jardim foi sempre visto na condição de “parte” da composição dos edifícios.

Ao mesmo tempo, registros e argumentos indicam alguns referentes do uso de plantas nativas em jardins neocoloniais e modernistas. Portanto, a história recente do modernismo e do campo da preservação das paisagens históricas naturais e urbanas registra fatos que podem ser acrescentados às análises da obra de Burle Marx.

Destaca-se, nesse sentido, o jardim da Casa Modernista, criado em 1928 por Mina Klabin, mulher do seu autor, arquiteto Gregori Warchavchik.

A esse respeito, transcrevo afirmações de Couto de Barros, de 1928, do professor Anísio Teixeira, de 1929, e do arquiteto Gregori Warchavchik marido de Mina Klabin, constantes em artigo do crítico e editor Abílio Guerra.

Disse Couto de Barros que a concepção do arranjo de cactos e palmeiras “dá ao conjunto uma nota feliz de tropicalismo e disciplina”.

E afirmou Teixeira: “nunca tive uma impressão mais forte da casa brasileira [...] como quando visitei a sua residência de linhas fortes e claras, construída toda de cimento, ferro e vidro, dentro de uma moldura de gigantescos cactos nacionais. A obra era brasileira porque era um consórcio inteligente entre o espírito do homem e as características da terra.”

Por fim falou Warchavchik: “[...] é a natureza tropical que emoldura tão favoravelmente a casa moderna com cactos e outros vegetais soberbos e a luz magnífica, que destaca os perfis claros e nítidos das construções sobre o fundo verde escuro dos jardins.”

Recentemente, Mazza Dourado escreveu que, “Como Tarsila e outros artistas, Mina assumiu os cactos como elementos instigantes de um novo olhar sobre a realidade brasileira, transformando-os em ícones de modernidade e brasilidade. Disponha-os com frequência em destaque nos vários jardins que desenvolvia para compor com as arquiteturas de Warchavchik, recorrendo a diferentes espécies nativas no Brasil.”

Além disso, embora não haja registro da relação de Roberto Burle Marx com José Mariano Filho, defensor apaixonado do estilo neocolonial nas décadas de 1920 e 1930, verifico que os jardins californianos criados na origem do Movimento Neocolonial foram referentes para a utilização e preservação de plantas nativas nas Américas.

Ao contribuir para a preservação de espécies vegetais que, comprovadamente, estavam desaparecendo junto com a devastação das paisagens naturais, o uso dessas plantas reforçava o conjunto de elementos de composição de casas e ranchos então restaurados que geraram o estilo Missões, característico dos Califórnicos nos Estados Unidos.

Nessa perspectiva, denoto que o momento de formação de Burle Marx foi também um momento de resistência e transição do Ecletismo e das linguagens de cunho acadêmico. Na Europa e no continente americano, naquela fase de transformação da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, os seguidores dos movimentos neocolonial e modernista conviviam, disputando a preferência dos clientes.

Projetos e construções em estilo neocolonial espalharam-se até a década de 1950, adotados pelo gosto popular e pelo significado simbólico das origens com que os governos latinoamericanos se faziam representar.

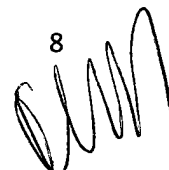
Ao lado das influências dos jardins ibéricos, caberia acrescentar que pretensa influência na obra de Roberto Burle Marx seriam as alamedas de coqueiros e plantas medicinais que faziam parte da composição do Parque Friburgo, idealizado por Franz Post e artistas da antiga corte maurícia de Pernambuco no século XVII.

A solicitação para o tombamento dos jardins e praças de que trata este Parecer foi encaminhada pela Universidade Federal de Pernambuco, por meio do Laboratório da Paisagem, grupo de pesquisa formado no Departamento de Arquitetura de Urbanismo e habilitado no Conselho Nacional de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia – CNPq que realiza, desde 1998, estudos para a identificação do acervo de jardins históricos idealizados por Burle Marx.

Liderado pela arquiteta e professora Ana Rita Sá Carneiro, o Laboratório da Paisagem protocolou a solicitação em 23 de abril de 2008 com o apoio do Committee on Historic Gardens and Cultural Landscapes e da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP, conforme demonstram as cartas dirigidas à 5ª Superintendência Regional do Iphan e os depoimentos constantes no processo.

O processo, ao qual está apensado o de nº 1.167-T-85, inconcluso, e que tratava exclusivamente da Praça da República, recebeu o número 1.563-T-08 e está composto de 3 volumes, anexo com três partes e o apenso acima referido.

Para encaminhar o pedido e instruir o processo de tombamento, as professoras, doutoras e mestras, e os estudantes que integram o Laboratório da Paisagem elaboraram o “Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife”, o qual faz parte da pesquisa “A paisagem cultural como patrimônio natural e construído nas cidades do Nordeste”, desenvolvida desde 2004.

8


Ao admitir que o tombamento em nível federal fortalecerá a função social dos jardins, na medida em que confirmará o valor cultural a estes inerente, o Inventário define o valor histórico dos jardins, reconhecendo, por meio da história factual e da iconografia, o estado original do lugar e o processo de construção da paisagem que o contém.

No que diz respeito à integridade do projeto original, ou seja, o estado de preservação na atualidade, são acrescentadas no Inventário informações sobre o estado de conservação, as quais relacionam tipos diferentes e condições dos elementos vegetais e de desenho urbano – plantas, mobiliário, iluminação, sistemas de identificação etc.

O valor artístico, por sua vez, refere-se aos condicionantes e elementos de composição projetuais, espaciais, estéticos e plásticos, destacando formas, cores e volumetrias, e objetos integrados desde plantas, bancos e brinquedos até estatuária significativa. O sentido subjetivo de liberdade e a articulação com os tempos de vanguarda artística também é demonstrado, pois caracterizaram sobremaneira a obra paisagística de Roberto Burle Marx.

A respeito do valor artístico específico das praças de que trata este Parecer, recorro à afirmação do estudioso da obra de Burle Marx, urbanista César Floriano dos Santos, funcionário da Fundação Nacional próMemória, hoje professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim escreveu Floriano dos Santos: “a sua obra está composta a partir de um marco conceitual e histórico, no qual os recursos, configurações e imagens foram continuidade da tradição da jardinaria, da pintura moderna e, sobretudo da observação direta da natureza.”

Desse modo, a aplicação de normativas urbanísticas preservacionistas, fortalecerá também os valores ecológico e social, compreendendo a finalidade pedagógica, a natureza das espécies vegetais e animais, e o significado simbólico da apropriação do lugar pela população.

A relação de projetos e reformulações de espaços abertos e livres públicos recifenses, concebidos na década de 1930, constante no processo em pauta, abrange as praças de Casa Forte, Euclides da Cunha ou Cactário da Madalena e Parque Amorim de 1935; Coração de Jesus ou Chora Menino, Artur Oscar, Maciel Pinheiro e Entroncamento de 1936; Derby, da República e Jardim do Campo das Princesas, Dezessete, Largo da Paz, Cinco Pontas, Barão de Lucena, Pinto Damaso ou da Várzea de 1937.

Registra-se ainda os momentos do retorno ao Recife quando Burle Marx elaborou, em 1951, o jardim do entorno da Capela da Jaqueira, bem tombado pelo Iphan; a reformulação do Parque Treze de Maio e a criação da praça Salgado Filho em 1957; e, finalmente, no ano de 1958, o novo traçado para a praça de Dois Irmãos, depois denominada Faria Neves.

Ao reunir informações, conceituar e formular diretrizes para a conservação dos jardins e praças indicados para o tombamento, considerando-os na condição

de patrimônio cultural, o “Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife” acima citado é o primeiro que trata de Jardins Históricos do Brasil.

De modo oportuno e científico, esses jardins e praças são apresentados pelo Laboratório da Paisagem no Inventário, destacando a condição de objetos de valor histórico, artístico e ecológico, e merecendo, portanto, reconhecimento em nível federal.

A aplicação dos princípios do Movimento Moderno é evidente nesses projetos, nos quais o paisagista iniciou suas exitosas pesquisas empíricas, botânicas e ambientais. Observo, com base nessas análises, que, então muito jovem, ele assimilou e respeitou o meio ambiente e a cultura — condicionantes da paisagem regional —, valorizando a flora autóctone para criar com excelência uma nova modernidade na história do paisagismo nacional.

Em acordo com a Carta de Florença, conjunto de recomendações do Comitê Internacional de Jardins Históricos do ICOMOS elaborada em 1981, os conteúdos do Inventário dispõem os pressupostos culturais que basearam as experiências praticadas por Burle Marx em seus primeiros jardins executados no Recife.

Os seus primeiros jardins concebidos no Recife também possuem as características dos Jardins Históricos determinadas na Lei municipal que institui o Sistema de Unidades Protegidas da cidade, sancionada em 2014.

Os artigos 23, e 28 a 30 dessa lei definem a categoria, destacando que esta é “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história e da arte, apresenta um interesse público, sendo, como tal, considerado um monumento.” Acrescenta ainda a normativa que “os valores botânico, paisagístico e histórico-cultural dos Jardins Históricos deverão ter suas características originais preservadas”.

O Inventário registra ainda que os projetos e obras realizadas no Recife totalizam dezoito espaços públicos e vinte e quatro jardins privados localizados em vários bairros.

Entretanto, o desconhecimento da importância do valor cultural e social dos espaços de caráter público concebidos pelo paisagista Roberto Burle Marx alimenta e acirra as ameaças à integridade destes lugares de modo constante. No que diz respeito às **ameaças**, destacam-se a especulação imobiliária que provoca a verticalização, rompe a escala da moldura e da ambiência, sombreia e causa o definhamento da vegetação; a ampliação da malha viária e a utilização inadequada com decorrentes fatos de poluição e vandalismo.

Notícias e textos em jornais, livros e cartilhas, seminários internacionais e artigos científicos, entrevistas e depoimentos datados em sequência a partir de 1998, fazem parte dos registros em diferentes mídias juntados ao processo. Ao lado de apresentar as tentativas de descaracterização e as ameaças de destruição, esses registros representam de modo concreto e documental os

diferentes tipos de ações exitosas efetivadas em defesa dos jardins de Roberto Burle Marx. Atividades de educação patrimonial junto aos funcionários da prefeitura, jardineiros e estudantes de escolas públicas, além das pesquisas universitárias em cursos de graduação e pós-graduação, certamente produzem conhecimento e promovem a necessidade de conservação da obra do paisagista.

Entretanto, dentre as muitas ações que expressam o envolvimento positivo da população do Recife com a obra de Burle Marx, foi notável a participação do artista plástico Francisco Brennand, por meio da execução, no ano 2000, do projeto que o paisagista elaborou para a sua oficina em 1993.

A gestão integrada — método do trabalho pioneiro que vem sendo realizado pelo Laboratório da Paisagem e a rede de instituições municipais e estaduais, com o apoio e participação dos moradores e empresas —, também gerou resultados importantes, destacando o restauro e a adoção das praças Euclides da Cunha, Faria Neves e Casa Forte.

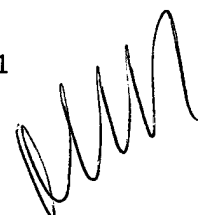
Nesse sentido, a prefeitura criou o Comitê Burle Marx, que integra secretarias de governo e instâncias culturais competentes, incluindo o Iphan e a UFPE. A Semana Burle Marx, evento destinado à promoção da obra do paisagista, foi instituída por lei municipal em 2009, demonstrando ser resultado dessa articulação entre os diversos agentes da administração pública.

O contexto positivo da gestão integrada, entretanto, não deve desconsiderar a participação efetiva do Iphan. Dessa perspectiva, o tombamento torna-se medida imprescindível para impedir a perda de conteúdo histórico e assegurar a duração da integridade dos jardins das praças de Casa Forte ou da Vitória Régia, Faria Neves ou Dois Irmãos, Euclides da Cunha ou Cactário da Madalena, Derby, Salgado Filho, e República e Jardim das Princesas.

Ressalto que, no decorrer recente do processo, em dezembro de 2014, a prefeitura do Recife, por meio de ofício do secretário de Assuntos Jurídicos, em resposta à notificação emitida pelo Iphan, já informou a anuência do poder municipal sobre o tombamento provisório dos Jardins de Burle Marx, localizados na cidade do Recife/PE.

Documentos anexados ao processo demonstram o rigor científico e técnico da contribuição da UFPE ao IPHAN. Dentre os já comentados, destacam-se os pareceres de Fátima de Macedo Martins da Coordenação de Conservação do Departamento de Proteção Material – DEPAM; do arquiteto Marcelo Freitas da 5ª Superintendência Regional do Iphan; e da procuradora federal Genésia Marta Alves Camelo da Procuradoria Geral junto ao Iphan.

Para compor este Parecer e fundamentar a indicação para o tombamento dos jardins de Roberto Burle Marx no Recife, realizei também reuniões e visitas às praças e jardins, o que possibilitou agregar informações ao processo. Nesse sentido, enfatizo a seguir os tópicos e aspectos que julgo mais significativos para a decisão do Conselho Consultivo.



Os jardins de Roberto Burle Marx para os quais se pleiteia o tombamento, estão inseridos na malha urbana, no centro histórico, e em bairros de uso residencial, estando alguns situados à margem de vias de grande movimento de pedestres e em rótulas importantes para circulação e tráfego de veículos.

A praça de Casa Forte ou praça da Vitória Régia, localizada no bairro e em frente à igreja de mesmo nome, foi idealizada em 1935, ano em que Roberto Burle Marx projetou também o Cactário da Madalena, depois praça Euclides da Cunha. No ano seguinte, entre outros trabalhos, ele realizou a reformulação da praça do Derby e da praça da República, desenvolvendo, até 1937, novos projetos e intervenções que marcaram sua vida profissional no Recife.

Primeiro jardim público da carreira de Roberto Burle Marx, ele associou nessa praça o desejo moderno de enaltecer as plantas nativas com nítida inspiração romântica e referenciais clássicos.

Em Casa Forte, ao se apropriar do desenho existente de formas regulares, mesclou a flora americana, amazônica e da Mata Atlântica, exaltou a função didática e valorizou a igreja Matriz de Casa Forte, criando perspectiva central ladeada de colunatas arbóreas com sensível efeito plástico. Desse modo, estão aí presentes gramados e arbustos, filas duplas de árvores que configuram a extensão e a forma retangular da superfície, e dois lagos retangulares e um circular com plantas aquáticas.

O conjunto variado da vegetação e a arquitetura da praça configuram composição artística mesclada de passado; são, no entanto, expressão veemente da sua busca de equilíbrio e de harmonia com a moldura então construída. Transparência visual e permeabilidade espaciais são características que reforçam o caráter público do lugar e possibilitam a apreensão livre da ambiência.

A vitória-régia, motivo do reconhecimento popular que se traduz na força da antiga denominação informal da praça, motiva festa promovida pelos moradores do bairro. Além dessa festa, os encontros de blocos carnavalescos que aí acontecem, crescem em número de participantes a cada ano, o que leva a cuidados especiais para a proteção do lugar.

A praça Euclides da Cunha, antes Cactário da Madalena, está situada no bairro da Madalena e é também a conhecida praça do Internacional porque localizada em frente ao Clube Internacional do Recife. Idealizado por Roberto Burle Marx em 1935 na condição de jardim ecológico e didático, é o primeiro jardim brasileiro e público que traduz a paisagem do sertão nordestino, pois transporta, para a subzona litorânea do Recife, a ambiência dessa região completamente diversa.

Consciente da importância da presença da nossa flora em representações artísticas e da função didática da cultura nordestina, Burle Marx criou no centro da praça um jardim de cactus, suculentas e bromélias, tornando essas

espécies fonte de conhecimento e objeto de admiração. Árvores altas da caatinga formam o perímetro exterior da praça, reforçando a superfície elíptica do traçado. O edifício da estação elevatória, construído em 1909, e localizado em trecho lateral da praça, representa a fase do urbanismo que modernizou a cidade.

A escultura de vaqueiro nordestino, o banco de concreto sinuoso com a forma alargada e o acréscimo de um caminho que cruza o meio da praça configuram intervenções no projeto original aos quais se associam diferentes momentos do uso e evolução do lugar.

Por outro lado, a presença do Clube Internacional caracteriza a moldura imediata, tanto que o nome da praça também lhe é devido. O edifício do Clube Internacional do Recife, da década de 1940, é uma construção híbrida. Porém, a preponderância de elementos de composição neocoloniais é referência de interesse patrimonial, o que deveria ser privilegiado, tendo em vista que a linguagem arquitetônica possibilita adequada relação formal com a ambiência da praça.

O restauro que recuperou a integridade da praça mantida por mais de quatro décadas teve o mérito de ser a primeira ação a reconfigurar um jardim de Burle Marx seguindo as recomendações da Carta de Florença de 1981, o que amplia o valor da ação. No entanto, importa acrescentar que a praça é, hoje, uma rótula de trânsito, observando que tal contexto funcional impede o acesso e a fruição em dias de semana.

A praça do Derby, de 1936, foi o maior espaço em superfície que Burle Marx reformou no Recife. A praça, composta de duas partes e próxima ao Quartel da Polícia Militar, era configurada em linhas barrocas. As intervenções do então iniciante paisagista buscaram quebrar o aspecto rígido das formas e da ambiência existentes, criando pequenos lagos e caminhos sinuosos, massas vegetais livres e acrescentando grupo de palmeiras com intenção ornamental.

O projeto de restauração da praça do Derby, antigo Parque do Derby, foi elaborado em 2003. Apesar do estado de conservação e preservação ser bom, a existência de um ponto de parada de veículos coletivos impacta o lugar no sentido negativo.

A praça faz parte do Corredor Leste-Oeste que integrou o sistema de tráfego urbano ligando duas avenidas importantes na estruturação física da cidade - Guararapes e Caxangá. O ponto de parada se localiza na rua que passa no meio da praça reforçando, com isso, o "corte" na superfície que divide o seu traçado. Tal situação funcional distorce a função idealizada e executada quando Roberto Burle Marx reformou o antigo Parque do Derby.

A cobertura obstrui a apreensão do conjunto do jardim e, em alguns pontos, envolve os troncos das palmeiras, ameaçando o desenvolvimento das espécies. A forma exacerbada dessa cobertura descontextualiza as funções

originais do lugar, rompe a escala e transforma violentamente a ambiência original da praça.

A exclusão do equipamento é recomendada, sugerindo-se a demolição.

A praça da República, localizada no bairro histórico de Santo Antônio, é considerada o jardim mais antigo da cidade do Recife. Projetado em 1872, o lugar é também associado à presença holandesa em Pernambuco no início do século XVII, pois nesse local, onde a vegetação nativa convivia com plantas medicinais, erguiam-se o palácio e o parque Friburgo do príncipe Maurício de Nassau.

No cenário monumental e simbólico, formado pelo Teatro Princesa Isabel, Palácio da Justiça e Palácio das Princesas, cujas perspectivas descortinam visadas excepcionais dos rios recifenses, os jardins da praça da República, inspirados no paisagismo romântico oitocentista, receberam de Burle Marx, em 1937, novas espécies e arranjos formais.

O paisagista reformou a praça mantendo as esculturas e as palmeiras imperiais, e acrescentando coqueiros, cajueiros e mangabeiras, entre outras espécies. Incluiu uma fonte central, modificou o traçado para diminuir a extensão dos caminhos e colocou bancos de granito polido iguais aos que utilizara nas praças de Casa Forte e Euclides da Cunha.

O jardim do Campo das Princesas, unidade articulada com a Praça da República, está localizado na parte posterior do Palácio das Princesas, sede administrativa do governo estadual. Situado limítrofe ao rio, tem caráter semipúblico, articulando-se à praça da República em virtude da unidade constituída pelo eixo central que os une.

A simetria é, portanto, também destacada em sua relação com o Palácio, sendo nítida a tentativa de diluir elementos do estilo barroco para enfatizar e mesclar as referências ao romantismo.

A exuberância da vegetação do jardim do Campo das Princesas caracteriza a paisagem urbana histórica da capital pernambucana, pois, além de integrar o sítio do antigo parque Friburgo, dali se descortina a paisagem de Olinda entremeada com o manguezal.

O projeto para o conjunto monumental e entorno idealizado por Burle Marx não foi executado plenamente. No entanto, a presença das águas dos rios, a simetria e as principais relações dos eixos da praça da República e dos edifícios históricos, incluindo o Jardim do Campo das Princesas, são marcas da intervenção do paisagista que valorizam a historicidade do lugar.

O estado de conservação desse conjunto é muito bom, denotando-se, no entanto que o estacionamento de veículos nos caminhos circundantes e no interior do Campo das Princesas em muito prejudica a sua fruição.

A praça Salgado Filho, localizada à margem da avenida Mascarenhas de Moraes no bairro do Ibura, marca o segundo momento de atuação de Roberto Burle Marx no Recife. Construída em 1957, foi a entrada da antiga estação do aeroporto dos Guararapes e fez parte das obras de renovação da cidade, quando os padrões do urbanismo do Movimento Moderno se cristalizaram.

Nesse contexto, os elementos que a compõem são referenciais que o paisagista aplicava em outros projetos reconhecidos, entre esses os jardins suspensos do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde.

Os valores artísticos se destacam, na medida em que as linhas curvas dos espelhos d'água e caminhos imprimem ritmo e movimento à vegetação variada e exuberante. Formas amebóides e manchas coloridas de arbustos e florações denotam o caráter artístico e abstrato dessa obra.

Hoje a praça Salgado Filho tem um papel secundário em relação ao novo terminal aéreo, em virtude das modificações dos acessos e do tráfego do entorno imediato. Encontra-se em bom estado de conservação, mas necessita de articulação com o novo terminal. Recomenda-se, para tanto, a reutilização do edifício da antiga estação com programa adequado ao uso público.

A praça Faria Neves ou Dois Irmãos, nome devido ao antigo largo e bairro onde se localiza, é a porta de entrada do antigo Horto Florestal, atualmente Parque estadual Dois Irmãos, e Horto Botânico onde se localiza também o Zoológico da cidade. Criada em 1958, sua denominação original foi alterada para Faria Neves em 1960.

Constantemente descaracterizada e até mesmo utilizada como estacionamento de veículos particulares e terminal de ônibus, teve projeto de recuperação iniciado em 2001 com os estudos referenciais desenvolvidos pelas equipes da UFPE, Escritório Burle Marx e instituições governamentais.

Para a execução das obras de restauro, concluído em 2006, a comparação com outros projetos de Burle Marx, aliada à ajuda da população foi essencial, pois os depoimentos de moradores e usuários em muito contribuíram para a recuperação das principais linhas do projeto original.

Trata-se de jardim tipicamente modernista, formulado com a função de recreação, educação e arte, incluindo a visão higienista. A vegetação densa imprime sombra generosa. Distribuída em meio a bancos de concreto e brinquedos, as massas vegetais estabelecem ambiência convidativa, onde se destacam os jambeiros e mangueiras das árvores frutíferas mais apreciadas na cidade.

Desejado originalmente por Burle Marx, o trecho que contém o espaço para os brinquedos infantis configura a feição lúdica da praça Faria Neves. A manutenção de trilho de bondes, cuja função didática e patrimonial incentiva o sentido lúdico e o conhecimento da história do lugar, também demonstra a referência ao passado, característica dos trabalhos do paisagista.

Na moldura imediata é notável a presença de tipos arquitetônicos representativos das diferentes fases da arquitetura do lugar, sendo que o casario reforça o uso popular do largo do antigo engenho, conferindo escala propícia à ambiência lateral da praça.

O estado de conservação e a preservação são bons. No entanto, o cheiro das águas pluviais que emana da pequena vala circundante prejudica o uso dos pequenos restaurantes e lanchonetes instalados no casario. As barracas de comida que se localizam na rua que circunda a praça e os pequenos cavalos que circulam no seu interior nos fins-de-semana contribuem para tornar alguns trechos do lugar desagradáveis ao lazer e à contemplação.

As diretrizes e recomendações constantes em pareceres citados, emitidos por técnicos e procuradora federal, devem ser agregadas aos planos de gestão decorrentes do tombamento. No sentido de imprimir maior ciência à conservação, os atributos artísticos e históricos que baseiam a proteção desses jardins e praças, porquanto integrados ao patrimônio nacional, deverão ser melhor valorizados por meio do apoio ao desenvolvimento de estudos em outras cidades brasileiras, da mesma forma que o incentivo às atividades de educação patrimonial.

Portanto, registra-se ainda neste Parecer a existência de acervo documental relativo aos jardins públicos projetados pelo paisagista no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Prefeitura da Cidade do Recife, Museu da Cidade do Recife, na Biblioteca Pública Estadual e em outras instituições estaduais e nacionais.

A proteção das molduras imediatas e dos entornos das praças e jardins, conforme definidos nas poligonais registradas no processo — espaços formal e funcionalmente articuladores dos jardins à cidade e aos bairros vizinhos — é ação competente do Iphan que decorre do tombamento, visando promover o conhecimento dos valores patrimoniais e evitar mudanças que descaracterizem os bens em questão.

Ressalta-se, nesse sentido, a importância da identificação dos tipos arquitetônicos e urbanísticos que singularizam essas molduras e entornos imediatos, de modo a completar o Inventário ora apresentado.

Além disso, recomenda-se, em acordo com o registrado nos documentos, a exclusão de componentes que os descaracterizam; e a inclusão de pisos, mobiliários e elementos de identificação adequados a cada bem que não impeçam a contemplação e o desenvolvimento das espécies.

Desse modo, será permitido à população conhecer e usufruir, no seu cotidiano, ambiências culturais e ecológicas impregnadas de arte e história que foram idealizadas por nosso paisagista fundador com intenção civilizatória e vontade de construir formas representativas da paisagem brasileira.

A denominação dos bens em pauta poderá adotar a seguinte proposição expressa no parecer e constante às folhas 214 do processo: Praça de Casa Forte, Praça Euclides da Cunha, Praça do Derby, Praça da República e Campo das Princesas, Praça Salgado Filho ou Praça do Aeroporto, e Praça Faria Neves ou Dois Irmãos.

Trata-se, finalmente, de reafirmar que esses jardins fazem parte de acontecimentos marcantes para a história do paisagismo em âmbito nacional e internacional.

Desse ponto de vista, são aqui considerados Jardins Históricos, destacando-se o fato de constituírem os primeiros momentos de criação e transformação de espaços livres e abertos de uso público idealizados por Roberto Burle Marx que, já visto, foi arquiteto-paisagista brasileiro nacional e internacionalmente reconhecido.

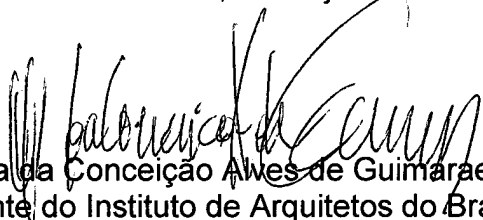
A indicação para o tombamento fundamenta-se, antes de tudo, na reconhecida trajetória profissional do autor, Roberto Burle Marx, paisagista estudioso, perfeccionista e atento ao seu tempo, que elaborou inúmeros projetos e intervenções criativas em espaços de caráter público e privado.

Fundamenta-se também na qualidade dos pareceres, informações e análises de atributos geradas de modo eficaz no trabalho integrado da Universidade Federal de Pernambuco com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que possibilitou a instrução do processo com qualidade científica e formato administrativo bem constituído.

Ao denotar o que está assegurado nos documentos e pareceres constantes no processo e que apenas em parte foi por mim aqui relatado, fundamento ainda a indicação em virtude da função social e histórica dos Jardins de Burle Marx no Recife, acrescentando que os valores originais dessas formas artísticas exprimem com vigor o desenvolvimento do paisagismo brasileiro.

Enfim, tenho a honra de completar esse Parecer, indicando a inscrição dos bens em pauta nos Livros Histórico, de Belas Artes, e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Brasília, 11 de junho de 2015



Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimarães
Arquiteta Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil